



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras
Departamento de Economia

MONOGRAFIA
Curso de Ciências Econômicas

RECUPERAÇÃO DA ALEMANHA NO PÓS-GUERRA

Graduando:
Gustavo Augusto Schmidt de Melo Neto

2014

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Faculdade de Ciências e Letras - FCL

Curso de Ciências Econômicas

MONOGRAFIA

RECUPERAÇÃO DA ALEMANHA NO PÓS-GUERRA

Graduando: Gustavo Augusto Schmidt de Melo
Neto

Orientador: Prof. Dr. Fausto Saretta
Departamento de Economia UNESP

Banca examinadora:
Prof^ª. Dr^ª. Suzana Cristina Fernandes de Paiva
Departamento de Economia UNESP

Campus de Araraquara
Dezembro de 2014

Resumo

A Alemanha sofreu um grande retrocesso econômico na primeira metade do século XX por culpa da Segunda Guerra Mundial. Apesar de estar com sua infraestrutura destruída e sua capacidade de produção devastada, em dez anos a Alemanha Ocidental consegue se reinserir no mercado internacional de forma competitiva. Esse estudo pretende expor a situação na qual a Alemanha se encontrava após a guerra e demonstrar os principais pontos cruciais para sua reconstrução nos primeiros anos da segunda metade do século XX.

Palavra-chave: Alemanha pós-guerra; Reconstrução; Plano Marshall

Sumário

Resumo.....	3
Introdução.....	5
1. Economia Alemã Controlada.....	6
1.1 Os primeiros anos.....	6
1.2 As Indústrias de Carvão e de Aço.....	11
2. Plano Marshall.....	15
2.1 – Introdução ao Plano Marshall.....	15
2.2 – Plano Marshall e a Alemanha.....	16
3. Ludwig Erhard e as Mudanças na Política Econômica.....	20
3.1 Controle de Preços.....	20
3.2 Abolição do Controle de Preços.....	23
3.3 Resultado da Política de Erhard.....	26
Conclusão.....	31
Bibliografia.....	32

Índice de tabelas

Tabela 1: Produção de Carvão.....	12
Tabela 2: Produção de Aço e Gusa.....	14
Tabela 3: Níveis de Produção na Bizona.....	23
Tabela 4: Balanço de Pagamentos.....	28
Tabela 5: PIB da Alemanha Ocidental.....	30

Introdução

Para que seja possível a compreensão de como a Alemanha se recuperou economicamente após a Segunda Guerra Mundial, primeiro precisamos estudar o que se passou com ela num primeiro momento após o término da guerra. O que os países vencedores decidiram impor sobre o país derrotado? O que houve com todas as fábricas e indústrias da Alemanha após o fim da guerra? Enfim, que trilhas foram traçadas para a Alemanha pelos países Aliados? Tais temas serão explorados ao longo do primeiro capítulo

Em meados 1947 a visão sobre a economia alemã muda devido a sua relevância na reconstrução da Europa, ainda devastada pela guerra. Os Estados Unidos da América em conjunto com entidades europeias desenvolveram, ainda no mesmo ano, o Programa de Recuperação Europeia (também conhecido como Plano Marshall) devido as tentativas falhas de recuperação que foram utilizadas até então. O capítulo dois visa apresentar o que foi o Plano Marshall e demonstrar sua importância para a Alemanha Ocidental.

No capítulo três vamos explorar as mudanças internas da economia alemã que tiveram seu início em meados de 1948 e foram até 1952. Será exposto a causa das mudanças, bem como seus resultados.

1. Economia Alemã Controlada

1.1 Os primeiros anos

Ainda durante o período da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha tentavam decidir qual seria o rumo da Alemanha após sua derrota. É durante a segunda conferência de Quebec (setembro de 1944) que o então presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, junto com o secretário do tesouro estadunidense, Henry Morgenthau, apresentam ao Primeiro-Ministro Britânico, Winston Churchill, um plano de ocupação da Alemanha que aconteceria após sua derrota. Esse plano ficou conhecido como o Plano Morgenthau.

Em suma, a tese do secretário Morgenthau era de que não haveria paz na Europa enquanto existisse uma Alemanha com forte poder industrial, pregando que toda a indústria pesada alemã deveria ser extinta, incluindo os setores elétricos, químicos, metalúrgicos e de mineração. As fábricas seriam desmontadas e suas peças seriam enviadas aos países vitoriosos como reparações pela guerra. Somente assim, para Henry Morgenthau, a Alemanha deixaria de guerrear com seus vizinhos.

Antes de dar continuidade, vale ressaltar que após o término da guerra a Alemanha foi dividida em quatro zonas distintas, cada uma sobre o controle de uma nação diferente. O nordeste ficaria sobre o domínio da União Soviética, tornando-se futuramente a República Democrática Alemã. O noroeste seria controlado pelas forças britânicas. O sul seria entregue aos Estados Unidos enquanto o Sudoeste seria de responsabilidade da França.

Apesar do Plano Morgenthau ter sido aceito na segunda conferência de Quebec, a recepção do plano nos EUA foi um tanto adversa. O plano originalmente proposto por Morgenthau nunca entrou em prática em sua forma original devido as severas críticas recebidas mas boa parte dos seus princípios foram utilizados nas decisões sobre o futuro da Alemanha. O Plano Morgenthau foi, então, diluído na diretriz JCS 1067 (Joint Chiefs of Staff¹ directive 1067)

Diferente do proposto pelo secretário Morgenthau, a diretriz JCS 1067 não propunha a completa desindustrialização da Alemanha, seu objetivo era apenas limitar as atividades industriais da Alemanha para evitar futuros conflitos. As instruções dadas às autoridades americanas eram de reconstruir uma Europa forte com uma Alemanha fraca. Dessa forma, os objetivos principais da

1 A JCS (Estado-Maior Conjunto, em português) é um corpo de líderes do Departamento de Defesa dos EUA que tem como objetivo orientar o secretário de Defesa, o Conselho de Segurança e o presidente quando se tratando de assuntos militares

JCS 1067 eram a diminuição das indústrias, a desmilitarização e a descentralização da administração alemã.

A desindustrialização a ser praticada seria feita através da remoção de plantas e equipamentos destinadas ao pagamento de reparações aos países vitoriosos e pela destruição de fábricas alemãs. Sendo assim, os administradores americanos ficavam proibidos de tomar qualquer passo que tivesse como objetivo a reabilitação ou o fortalecimento da economia alemã. Seria mantido apenas um nível mínimo nos seguintes setores industriais: setor metalúrgico, produtos químicos, produção de metais não ferrosos, setor de equipamentos elétricos, setor automotivo e setor de equipamento pesado. Esse nível mínimo de produção teria como objetivo evitar agitações sociais na população alemã. Além das restrições aos setores mencionados anteriormente, o plano também proibia a produção de armamentos e qualquer produto relacionado a guerra, incluindo qualquer tipo de avião e navio.

A diretriz JCS 1067 também visava desconstruir os setores de física, química e engenharia que pudessem ser usados em aplicações militares, eliminando o conhecimento alemão nessas áreas. Como os avanços tecnológicos dependiam de extensos investimentos e pesquisas, a administração americana proibiu todas as pesquisas em um primeiro momento, fechando laboratórios e outras instituições de pesquisa que não fossem essências para manter a saúde pública e a estabilidade da população do país. No entanto, todos os laboratórios que estiveram de alguma forma envolvidos com a construção da máquina de guerra alemã durante a Segunda Guerra seriam interditados e seu pessoal seria confiscado.

No início de 1946, o plano aplicado para controlar a economia alemã havia reduzido drasticamente o número de indústrias de modo a prejudicar a reconstrução da Europa como um todo. Os níveis de produção haviam caído para 55% dos níveis de produção de 1938 e todos os setores da indústria pesada foram prejudicados.

A produção de aço foi limitada para 25% do nível de produção de 1938. A indústria química não poderia exceder 40% do nível de produção de 1936. As máquinas-ferramentas seriam mantidas em 11% da capacidade de 1938 e as indústrias de engenharia pesada seriam mantidas em 31% dos níveis de 1938². É errado, no entanto, deduzir que todos as indústrias tiveram sua produção limitada pelos países aliados. As indústrias relacionadas a materiais de construção, vidro, cerâmica, móveis e outras indústrias mais simples poderiam se desenvolver enquanto existissem recursos suficientes.

2 Balabkins, 1964, p. 17

Percebemos, então, que o objetivo desse plano era reduzir o padrão de vida dos alemães, fazendo com que suas indústrias trabalhassem a 40% da capacidade de 1936³, utilizando a limitada produção de aço e de ferramentas como gargalos na economia.

Seria impossível e impraticável reconstruir a Europa mantendo uma Alemanha economicamente fraca. A Alemanha costumava trocar bens manufaturados por matérias-primas e alimentos, dado que ela não conseguia produzir todo o alimento necessário para a manutenção de sua população. Dessa forma, a exportação de produtos industrializados servia para contrabalancear a importação de alimentos e de matérias-primas.

A saúde da economia europeia sempre esteve diretamente ligada à economia alemã. Antes da guerra, os países próximos a Alemanha olhavam para ela não só como um mercado para seus bens mas também como uma fonte de importantes produtos, principalmente de máquinas e de carvão. Se a Alemanha fosse impossibilitada de produzir e vender seus bens, consequentemente, ela estaria impossibilitada de comprar produtos de seus vizinhos. A base da prosperidade da comunidade europeia estaria, dessa forma, arruinada.

Infelizmente, as decisões nesse período pós-guerra não seriam tomadas puramente embasadas nos aspectos econômicos da situação. As decisões políticas tiveram maior peso e a Alemanha foi privada de sua indústria pesada para evitar futuros conflitos. Sem sua indústria, a Alemanha perdeu sua relevância econômica nos primeiros anos após a guerra. O plano dos países Aliados de privar a Alemanha de suas indústrias acabou por estragar a integração econômica europeia e a divisão de trabalho existente na Europa até aquele momento. Limitar a produção da Alemanha não iria apenas empobrecer o país em destaque mas também empobreceria a Europa como um todo.

Fica óbvio para o mundo, em 1947, que os Estados Unidos da América está engajado em uma competição ideológica com a União Soviética. O lado comunista da competição não perde tempo e não poupa esforços para convencer o povo alemão (e outros europeus) de que seu lado tem a melhor ideologia. No entanto, a URSS está economicamente fraca demais para oferecer alguma ajuda material e militarmente exausta demais para tentar anexar mais países através da força. Do outro lado, os EUA utilizam de sua superioridade econômica para resolver os problemas gerados pela guerra. Sobre o pretexto de preservar a paz, a política norte-americana de desindustrializar a Alemanha é aplicada. É evidente que tal política não traria resultados favoráveis aos EUA e, gradualmente, eles começam a perceber a importância estratégica de Alemanha.

3 Ibid., p. 18

A primeira importante mudança foi a junção das áreas de ocupação controladas pelos EUA e pelos britânicos. Tal junção ocorreu em janeiro de 1947. Era esperado que a junção dessas áreas contribuiria para uma reunificação econômica da Alemanha, promovendo um avanço para a reconstrução tanto da Alemanha quanto da Europa. No entanto, enquanto a diretriz JCS 1067 fosse mantida, os administradores continuariam com seu plano de desindustrialização.

Foi somente em Julho de 1947 que a nova diretriz JCS 1779 entra em vigor. Diferente da diretriz anterior, a nova diretriz tinha como objetivo a estabilização econômica e política da Alemanha. É interessante notar que os esforços para redemocratizar a Alemanha só vieram a tona em 1947, certamente por receio de perder a população da Alemanha Ocidental para o avanço das ideologias comunistas. Tal feito seria impossível sem tratar de problemas básicos que ainda assolavam a população, como a insuficiência de alimentos. Para remediar tal situação, o congresso norte-americano havia liberado um empréstimo especial para o pagamento de insumos básicos do setor alimentício. Dito isso, a Alemanha Ocidental enfim veria algum esforço para a reconstrução de sua economia, tendo como meta uma economia autossustentável.

Não podemos esquecer, porém, que a Alemanha ainda precisava pagar reparações aos países Aliados. Dado que a diretriz JCS 1779 ainda pregava a destruição das indústrias bélicas alemãs, essas indústrias seriam desmontadas e suas máquinas seriam usadas para essa finalidade. Dessa forma, a capacidade bélica alemã seria reduzida e parte da dívida com os países Aliados seria paga.

Um novo plano econômico, denominado Plano Revisado de Nível de Indústria (tradução livre de Revised Level of Industry Plan,) foi apresentado em Agosto de 1947 para estabelecer o que seria feito da economia da Alemanha Ocidental. Fica claro, com esse plano, que os administradores americanos e britânicos entendem a importância da Alemanha para a reconstrução da Europa. O novo plano pretendia aumentar o nível de produção das indústrias para o mesmo patamar alcançado em 1936. Como dito anteriormente, uma das principais metas para o plano era garantir a autossustentabilidade da economia alemã ao mesmo tempo que ela pudesse contribuir para os esforços de reconstrução da Europa. Dessa forma, as produções de metais, químicos e máquinas foram substancialmente aumentadas.

Os tetos estabelecidos para as indústrias anteriormente restritas foram agora aumentados para um novo patamar. O antigo limite de 5,8 toneladas de aço por ano foi elevado para 10,7 toneladas, quase o dobro do que era permitido anteriormente. Já o teto dos produtos químicos foi elevado em 42% do limite anterior. O limite estipulado para a indústria pesada foi de 80% de sua

produção total enquanto a da indústria leve foi de 119% da produção de 1936⁴. A produção excedente seria dedicada ao pagamento das reparações.

Se por um lado o novo planejamento industrial parecia ser muito favorável a reabilitação econômica da Alemanha devido ao afrouxamento das restrições impostas às indústrias, por outro, a mentalidade restrita dos administradores americanos e britânicos ainda mantinha a economia alemã acorrentada e incapaz de se desenvolver ao seu potencial máximo. O plano ainda listava 682 plantas classificadas como “plantas de guerra” ou como “plantas excedentes” que seriam desmontadas. Em suma *“todas as plantas na Alemanha Ocidental cuja capacidade excedia as necessidades de manter a produção nos níveis de 1936 seriam tachadas como excedente”*.⁵

A produção máxima de aço, como dita anteriormente, era de 10,7 toneladas por ano. Tal teto foi estipulado levando em consideração apenas o consumo doméstico alemão, excluindo o fato de que a Alemanha exportava um terço de toda sua produção de aço. Desmontar as fábricas de aço alemãs no período em destaque e limitar a produção das indústrias eram uma incrível contradição ao objetivo proposto pelo Programa de Recuperação Europeia, também conhecido como Plano Marshall. O Programa de Recuperação e seus efeitos sobre a economia alemã serão expostos no próximo capítulo.

1.2 As Indústrias de Carvão e de Aço

Visto que a seção 1.1 apresentou um panorama sobre o estado da economia alemã nos dois primeiros anos após o término da Segunda Guerra Mundial, esta seção terá como foco a produção de carvão e aço da Alemanha. O carvão era um dos poucos recursos naturais disponíveis em abundância para os alemães, tanto que toda sua indústria era fortemente dependente do carvão. Desde a geração de energia elétrica até a produção de químicos, o carvão era fortemente utilizado.

Após o fim da Segunda Guerra, duas das principais regiões produtoras de carvão da Alemanha foram entregues aos países vencedores. A região de Silesia foi entregue à Polônia enquanto a região de Saar foi entregue à França. É estimado que essas duas regiões eram responsáveis por 18% da produção de carvão nos níveis de 1938⁶. Apenas o Vale do Ruhr, que estava dentro da zona de controle britânica, ainda possuía minas de carvão que poderiam ser utilizadas para suprir a demanda das indústrias.

4 Ibid., p, 24

5 Ibid., p, 25, tradução feita pelo autor.

6 Ibid., p 111

Nos anos que seguiram o término da guerra, a Alemanha foi assolada por uma baixa produção de carvão, afetando a produtividade da indústria como um todo. A tabela 1 mostra a produção de carvão do Vale do Ruhr nos anos seguintes a guerra, assim como a produção de 1938 com a finalidade de comparar os dois períodos:

Tabela 1: Produção de Carvão da Alemanha

Ano	Produção (em milhões de toneladas)
1938	137
1945	35,5
1946	53,9
1947	71,1
1948	87

Fonte: Dados retirados do livro *Germany Under Direct Controls*, Balabkins, Nicholas, 1964, p.112

Para o autor Nicholas Balabkins, foram cinco fatores decisivos que determinaram a baixa produtividade na mineração de carvão nesse período. O primeiro motivo está relacionado ao controle britânico sobre as minas de carvão, regulando toda a produção e a distribuição do carvão. No inverno de 1945-1946, a Alemanha foi incumbida, pelo governo britânico, de suprir a Europa Ocidental de carvão, que passava por uma insuficiência do mesmo. Tal pedido foi insensível para a economia alemã pois ele não levava em consideração as consequências que a falta de carvão faria para a Alemanha, tanto para sua indústria quanto para sua população.

Somente após a fusão da zona britânica com a zona americana, em 1947, é que a Alemanha conseguiu alguma autonomia sobre sua mineração de carvão. Apesar da criação de uma nova organização alemã tornar-se responsável pela atividade, tal organização ainda estava sobre o controle dos aliados.

O segundo motivo apresentado estava relacionado a má nutrição dos mineiros. "*A produção de carvão e a ração dos mineiros estavam inextricavelmente interligadas. A contrapartida de uma alta nas rações era uma alta na produção de carvão.*"⁷ Os mineiros, em sua maior parte, tinham alimentos para suprir as necessidades básicas de nutrição. No entanto, isso não significava que eles se alimentavam adequadamente. Era usual eles serem obrigados a se manter

7 Ibid., p. 114, tradução feita pelo autor.

com uma dieta de 1000 calorias⁸ diárias em períodos de escassez de alimentos, muitas vezes tendo que dividir suas rações com suas famílias. Em meados de 1947 os mineiros conseguiram um aumento nas suas rações, além da aplicação de programas de recompensa onde uma maior produtividade seria recompensada com mais alimentos.

Em terceiro lugar temos os problemas relacionados a malha de transportes. Durante a Segunda Guerra os bombardeiros americanos focavam as estradas de ferro alemãs com o objetivo de danificar o sistema de logística dos Nazistas. Após o término da guerra, toda a malha ferroviária das zonas controladas pelos americanos e pelos britânicos precisaria ser reconstruída para que o transporte de bens fosse novamente possível. Esses reparos, no entanto, estavam ocorrendo de forma mais lenta do que a desejada devido a uma série de motivos. O mais relevante desses motivos estava relacionado a política desarmamentista explicada na seção anterior. Com os outros setores sofrendo com as restrições impostas era de se esperar que o transporte também seria afetado negativamente.

Ainda em relação às políticas de desarmamento industrial, esse é um dos principais motivos expostos por Balabkins para explicar a baixa produtividade do carvão. Devido aos danos sofridos pela guerra, toda a infraestrutura relacionada a mineração de carvão precisava ser reparada. No entanto, devido as restrições impostas as indústrias, esses reparos tão necessários se viam caminhando de forma extremamente lenta.

Por último temos as baixas condições de moradia dos mineradores. De um total de 315.858 apartamentos apenas 58.890⁹ não foram atingidos pela guerra. Os mineradores desalojados foram colocados em tendas até que os apartamentos estivessem reparados. Porém, devido a falta de recursos e de interesse dos administradores Aliados, a reconstrução das moradias levariam muito mais do que o desejado pelos trabalhadores. A falta de moradias e rações adequadas para os mineradores de carvão acabavam por desestimular a população a trabalhar nesse setor, causando uma alta taxa de desistência por parte dos alemães. Somente no último trimestre de 1947 é que as condições começam a ter melhorias e, conseqüentemente, a produção começa a subir.

Além da mineração de carvão, o setor metalúrgico também estava sofrendo com baixa produtividade, causando um segundo gargalo na economia alemã. Assim como o carvão, a produção de aço e de ferro estava sendo diretamente controlada pelos britânicos, incluindo os preços e as exportações. Outros fatores que contribuíram negativamente para a produtividade da

8 Ibid., p. 115

9 Ibid., p. 120

metalurgia alemã eram a falta de carvão, tanto pelos motivos expostos anteriormente quanto pela falta de alocação de recursos prioritários para esse setor; a falta de minério de ferro de alta qualidade (antes da guerra essa demanda era suprida pela Suécia) e os problemas com a malha ferroviária.

Os problemas relacionado a alocação de carvão só foram resolvidos no final de 1947 quando os administradores americanos e britânicos decidiram que recompor a produção de aço era de extrema importância para a reconstrução da Alemanha. Apesar desse problema ser resolvido, ainda havia insuficiência de carvão para que as plantas chegassem ao seu potencial máximo.

A tabela 2 mostra as produções de gusa e de aço nos primeiros anos após o término da guerra. O ano de 1945 não é incluído devido a falta de dados. Já o ano de 1949 foi incluso pois é o primeiro ano após a reforma monetária e a abolição do controle de preços existente na economia alemã, servindo de comparação com os anos anteriores. A reforma monetária e a abolição do controle de preços serão exploradas no capítulo 3.

Tabela 2: Produção de Gusa e Aço da Alemanha

Ano	Gusa (milhares de toneladas)	Aço (milhares de toneladas)
1946	2.084	2.496
1947	2.264	3.000
1948	4.663	5.466
1949	7.140	9.025

Fonte: “*Amt für Stahl und Eisen, Statistisches Vierteljahresheft*”, 1950, p. 6 citada em *Germany Under Direct Controls*, Balabkins, N., 1964, p.134

Vimos ao longo dessa seção que a baixa produção do carvão e do aço também foram fatores que afetaram significativamente a economia da Alemanha e da Europa na segunda metade da década de 1940. Nas palavras de Balabkins: “*Essas políticas transformaram a Alemanha em um país exportador de matérias-primas, que era seu estado econômico há mais de 100 anos.*”¹⁰ Foi somente com a entrada oficial do Plano Marshall que os administradores Anglo-americanos começam a mudar sua visão em relação a Alemanha. O próximo capítulo abordará os temas relacionados ao Programa de Recuperação Europeia.

¹⁰ Ibid., p. 134

2. Plano Marshall

2.1 – Introdução ao Plano Marshall

O Plano Marshall foi originalmente pensado com os interesses do povo estadunidense em mente, pregando que a reconstrução da Europa seria de vital importância para o futuro dos Estados Unidos. No que se diz respeito a economia norte-americana, a reconstrução da Europa significava que eles teriam novos parceiros econômicos e novos mercados consumidores. Além disso, a queda das principais potências europeias após a Segunda Guerra deixou um buraco de poder na Europa Ocidental. Esse buraco poderia ser explorado pelos soviéticos para expandir sua influência, negando o acesso norte-americano aos potenciais recursos europeus.

Dessa forma, fica claro que os interesses dos Estados Unidos precisariam ser defendidos através de intervenções diretas. Inicialmente, o Plano Marshall visava, de acordo com Hogan (1987, p.27, tradução feita pelo autor):

[...] aplicar os princípios americanos de federalismo, usando-os para criar uma Europa economicamente integrada de forma similar ao que era os Estados Unidos. As suposições por trás dessa política eram de que uma economia integrada, particularmente uma embasada em instituições supranacionais, ajudariam a controlar o nacionalismo alemão, a reconciliar a recuperação Alemanha à economia e segurança da França, criando um balanço de poder na Europa Ocidental que seria suficiente para conter o poder soviético.

Podemos perceber através dessa citação que o intuito do Plano Marshall, diferente do fracassado Plano Morgenthau, era reviver a Alemanha sem reviver a ameaça que ela representou ao resto da Europa durante a primeira metade do século XX. As instituições supranacionais mencionadas pelo autor teriam como objetivo ajudar na harmonia entre os países europeus, removendo barreiras comerciais entre os países e garantindo que as forças do mercado pudessem agir de forma natural.

O Plano Marshall foi muito mais do que uma transferência de renda dos EUA para os países europeus. Para que o plano funcionasse, seria preciso que os países envolvidos estivessem engajados na recuperação mútua, dividindo seus recursos e programando suas agendas de forma simultânea. Somente assim seria possível a reintegração econômica dos países europeus na

economia mundial.

Em abril de 1948 o congresso estadunidense aprovou o Ato de Cooperação Econômica (Economic Cooperation Act), dando início ao apoio econômico dos Estados Unidos aos países europeus, autorizando cerca de 4,9 bilhões de dólares para os primeiros 12 meses do Programa de Recuperação Europeia. Desses 4,9 bilhões, apenas 510 milhões foram direcionados a Alemanha¹. Esse ato tinha como objetivo encorajar a unificação das economias europeias, promover paz e produtividade e suprir as necessidades da iniciativa privada. Vale notar a extrema importância dos incentivos relacionados a estabilização das moedas europeias, à correção da taxa de câmbio e a liberalização das trocas entre países.

No total foram cedidos 12 bilhões de dólares durante o período de 1948 à 1952, tanto na forma de empréstimos como de ajuda financeira. A Alemanha Ocidental recebeu, no total, 1,4 bilhão de dólares na forma de empréstimos.

2.2 – Plano Marshall e a Alemanha

Após a rápida introdução ao Plano Marshall, vamos aprofundar agora seus efeitos sobre nosso objeto de estudo que é a Alemanha Ocidental. Vimos anteriormente que a inclusão da Alemanha Ocidental no Programa de Recuperação Europeia foi devido a mudança de pensamento sobre sua economia em relação a Europa como um todo. Dessa forma, os políticos norte-americanos tentam “*reconciliar as políticas europeias com as alemãs*”², afinal se a resolução dos problemas da Alemanha significavam a reabilitação da economia europeia, por que não incluí-la no Programa? Uma economia alemã forte, de acordo com a nova visão americana, beneficiaria seus vizinhos devido aos ganhos proporcionados pelo comércio internacional. Além disso, a reconstrução da economia alemã dificultaria o avanço das ideologias soviéticas para a Europa Ocidental. “*Finalmente, conforme a economia alemã se torna autossustentável dentro dos moldes do Programa de Recuperação Europeia, os EUA esperam diminuir seus subsídios na economia alemã num futuro próximo*”³. Apesar da forte iniciativa estadunidense de incluir a Alemanha Ocidental, os políticos norte-americanos receavam que os países europeus cooperariam com seu antigo inimigo.

1 Schain, 2001

2 Knapp, 1981, p.416, tradução feita pelo autor

3 Ibid., tradução feita pelo autor

De fato, os americanos estavam corretos em esperar retaliações de outros países. A França, em especial, posicionou-se de forma contrária a reconstrução alemã devido a sua própria agenda de tentar ocupar o papel de novo centro industrial europeu e também devido ao medo de futuras ações militares por parte da Alemanha contra a França. Assim, o presidente Truman precisava ter cautela ao lidar com os franceses pois sem a cooperação da França, o Plano Marshall teria boas chances de falhar.

Como dito anteriormente, a Alemanha Ocidental recebeu 1,4 bilhão de dólares durante o período de 1948 a 1952. Essa soma, no entanto, é pequena quando a comparamos com o dinheiro recebido por outros países europeus grandes, como a Inglaterra e a França. Respectivamente eles receberam 3,4 bilhões de dólares e 2,8 bilhões de dólares. Para os alemães, no entanto, a sua inclusão no Plano Marshall não era apenas uma ajuda financeira, mas sim um jeito de reconstruir sua política nacional. Nas palavras do Secretário do Estado Americano George Marshall (1948, p. 284):

[...] a contribuição máxima da Alemanha para com a recuperação da Europa não pode ser obtida sem antes estabelecer uma organização política na Alemanha Ocidental. Atrasos seriam prejudiciais para o desejado processo de reintegração da Alemanha Ocidental na Europa Ocidental.

Com a implementação do Programa de Recuperação Europeia, as decisões da Conferência de Potsdam relacionadas as quatro zonas de ocupação da Alemanha foram revogadas. Na prática, essas zonas estavam dividindo economicamente e politicamente a Alemanha, que era o oposto do desejado pelo Plano Marshall. Vale notar também que impacto positivo que o Plano Marshall teve sobre as novas políticas monetárias que entraram em vigor a partir de 1948. Essa reforma monetária será explorada com detalhes no capítulo 3 bastando, por hora, dizer que elas eram embasadas nos ensinamentos da escola de Friburgo. “*Durante uma fase crítica de reconstrução e experimentação, o Plano Marshall entregou recursos econômicos [...] que puderam ser utilizados para estabilizar o novo Marco Alemão (Deutsche Mark) e para quebrar gargalos [econômicos]*”³

De acordo com o autor Manfred Knapp, o Plano Marshall auxiliou a Alemanha

3 Ibid., p. 423, tradução feita pelo autor

Ocidental de duas formas diferentes. A primeira foi a transferências de bens e serviços, vindas da área do dólar, que seriam entregues sobre a forma de créditos. Mais de 80% dessas transferências vieram dos EUA. A segunda forma de auxílio se deu no formato do chamado “counterpart fund”⁴ que seriam utilizados para investimentos na Alemanha Ocidental. Esses fundos foram criados pela necessidade de financiamento dos importadores alemães. Estes usavam moeda local para pagar por bens e serviços oferecidos pelo Programa de Recuperação. Os fundos proporcionados pelo “counterpart fund” foram utilizados para aliviar áreas onde ocorria gargalo na produção, priorizando investimentos de médio e longo prazo. As principais áreas de atuação desse fundo de investimento foram as áreas de produção de energia elétrica, mineração de carvão, produção de aço e ferro, distribuição de gás e água, construção de habitações e manutenção de transporte.

Os primeiros bens recebidos pelos alemães através do Plano Marshall estavam relacionado ao setor de alimentos. Somente em 1949 é que a Alemanha começa a receber bens industriais. Em 1952 a Alemanha Ocidental consegue atingir um superavit na sua balança comercial. Até então, “*quase metade de seus bens importados foram financiados pelo Programa de Recuperação Europeia*”⁵

Além dos benefícios econômicos recebidos pelos alemães, o Plano Marshall foi um guia no caminho de reconciliação com o mundo. Após uma grande guerra contra seus vizinhos, é normal que o país derrotado torne-se isolado economicamente devido aos acontecimentos. Foi exatamente o que ocorreu com a Alemanha após sua derrota na Primeira Guerra Mundial, levando anos até que seus vizinhos não relutassem em comercializar novamente. Dessa vez, graças ao Plano Marshall, a Alemanha estaria novamente inserida no mercado mundial de forma rápida, podendo trocar normalmente com seus parceiros econômicos.

De acordo com a visão de Knapp, o Plano Marshall afetou a Alemanha no campo política em três áreas distintas: a primeira foi na área de política internacional; em segundo lugar temos na política econômica; a terceira área foi a política de segurança. Em suas palavras: “*Todas as três áreas estavam intimamente ligadas e juntas promoveram uma característica da política externa alemã chamada de Integração-Oeste*”⁶. O autor explica que essa política foi utilizada pelos alemães para se conectar com seus novos parceiros em “*uma relação que vai muito além de cooperação internacional e meramente temporária*”.⁷

4 Uma quantia de dinheiro acumulada em moeda local advinda de bens e serviços recebidos de fora.

5 Ibid., p. 424, tradução feita pelo autor

6 Ibid., p. 426, tradução feita pelo autor

7 Ibid., tradução feita pelo autor

Na área de segurança temos a inclusão da Alemanha Ocidental somente após o início da Guerra da Coreia em meados de 1950. Essa guerra fez com que os países da Europa Ocidental mudassem de opinião sobre a participação militar da Alemanha dentro da OTAN. Se antes eles eram contra a remilitarização da Alemanha por medo de mais agressões, agora eles se posicionavam de maneira favorável a essa ideia devido ao receio de uma invasão comunista. Não coincidentemente, é neste período que vemos uma mudança nas políticas do Plano de Recuperação Europeia. O foco do Plano Marshall nos anos seguintes a 1950 foi o de estruturar um sistema de defesa na Europa Ocidental para impedir possíveis ataques da União Soviética. Dessa forma, a Alemanha Ocidental torna-se a vanguarda da Europa contra os comunistas.

Percebemos, então, que a situação econômica da Alemanha após o término da Segunda Guerra Mundial foi crucial para o desenvolvimento do Plano Marshall. Devido a seus recursos e sua posição estratégica, a resolução dos problemas alemães tornam-se a prioridade das políticas internacionais norte-americanas para resolver a crise europeia como um todo. “*A inclusão da Alemanha Ocidental no Programa de Recuperação Europeia teve profundos efeitos no desenvolvimento econômico e político da Alemanha no pós-guerra.*”⁸. Vimos que o Plano Marshall foi muito além do que uma considerável ajuda monetária aos países destruídos pela guerra. O Plano Marshall provou-se essencial para a reestruturação das políticas internas e externas dos alemães, reatando antigos amizados e formando novos parceiros econômicos.

8 Ibid., p. 430, tradução feita pelo autor

3. Ludwig Erhard e as Mudanças na Política Econômica

3.1 Controle de Preços

Em 1936, ainda sobre o regime Nazista, foi estipulado para a Alemanha que os preços dos produtos seriam controlados pelo governo. Tal medida foi tomado como uma tentativa de controlar a inflação que assolava o país nesse período. Somente em 1948 que esse controle de preços estipulado pelos nazistas é abolido. Nesse período, de 1936 a 1947, houve um aumento de 6 vezes da base monetária. Em 1936 a base monetária era composta por 50 bilhões de Reichmarks. Já em 1947 ela havia subido para mais de 300 bilhões.¹

Após o fim da guerra, em 1945, os países Aliados resolvem manter o controle de preços estipulado pelos nazistas. Obviamente isso não poderia dar certo. Sobre um contexto de controle de preços e salários congelados os preços deixam de representar o real valor dos produtos, criando um mercado paralelo ao mercado oficial. Os administradores Aliados logo perceberam essas falhas criadas pelo controle de preços. Devido a esses problemas o Reichmark havia deixado de cumprir sua função como moeda, sendo necessária uma reforma monetária para garantir a estabilidade monetária do país, reduzir a base monetária e restaurar as funções da moeda.

Os rumores dessa possível reforma monetária acabaram gerando um outro problema para os alemães: a acumulação de bens. Os comerciantes perdiam o interesse de trocar seus produtos por uma moeda inflacionada que, na prática, havia perdido seu valor. Seria mais vantajoso acumular seus bens e vendê-los após a reforma monetária. Esse processo de acumulação acabou aumentando a existente inflação reprimida e incentivando ainda mais a criação de mercados negros. Foi estipulada em março de 1948, com o objetivo de contornar esses problemas, uma lei que proibia a acumulação de bens não registrados. A lei previa uma pena de até 5 anos de cadeia e multas de até 1 milhão de Reichmarks².

A esperada reforma seria introduzida no dia 20 de Junho de 1948. A base monetária seria reduzida em 90% onde 10 Reichmarks passariam a valer 1 Marco Alemão³. Todos os depósitos em nome das instituições públicas seriam invalidados. Por fim, reservas de dinheiro

1 Sennholz, Hans F., 2014

2 Van Hook, 2007, p. 164

3 Sennholz, Hans F., 2014

foram concedidas a instituições financeiras para que elas pudessem cumprir com seus novos passivos. De forma concomitante a reforma monetária, o então diretor econômico da zona bizonal, Ludwig Erhard, propõe uma série de mudanças na estrutura econômica da Alemanha Ocidental. Os controles de preços seriam abolidos, deixando o livre mercado atuar na Alemanha.

Ludwig Erhard nasceu no Reino da Baviera em 1897. Dedicando seus estudos no campo econômico, Erhard tornou-se ministro da economia da Baviera em 1945. Em 1947 ele é indicado como diretor do *Sonderstelle Geld und Kredit*, uma comissão incumbida com o objetivo de resolver os problemas econômicos da Alemanha. Vale dar destaque para os economistas Alfred Müller-Armack, Walter Eucken e Wilhlem Röpke que participaram dessa comissão. Erhard defende os ideais da Escola Econômica de Friburgo que, de forma sucinta, formaram os princípios ordoliberais aplicados na economia alemã durante as décadas seguintes.

Erhard pretendia abolir o controle de preços implantado pelos nazistas em 1936 em prol de um sistema onde a livre competição pudesse atuar sem interferências. Para ele, o resultado de uma economia livre da interferência estatal poderia trazer mais benefícios sociais do que uma economia planejada. No entanto, é válido ressaltar que Erhard defendia manter o controle de preços em certos setores vitais para a economia alemã como o preço do aço e do carvão (mesmo porque esses estavam sob o controle dos Aliados e fora do poder de Erhard), o setor de transporte público e o de moradia. De acordo com Van Hook (2007, p. 141, tradução feita pelo autor), Erhard beneficiou-se de três eventos antes de abolir o controle de preços:

Primeiro, seu antecessor, Johannes Semler, tinha sucedido em reconstruir a infraestrutura de transportes e energia que haviam sido devastadas. Segundo, os americanos haviam se comprometido, através do Plano Marshall, a providenciar as condições cruciais para a recuperação que os administradores alemães tanto demandaram. Terceiro, e mais importante, tanto os americanos quanto os britânicos estavam dispostos a tolerar a audácia dos alemães.

De fato, o Plano Marshall permitiu o avanço da economia alemã, como vimos durante o capítulo 2. Ele disponibilizou recursos suficientes para serem investidos em áreas onde ocorria gargalos na produção, além de modificar o pensamento da política internacional em relação a Alemanha. No entanto, Van Hook também credita Johannes Semler por preparar um terreno propício as mudanças propostas por Erhard.

Semler, ao assumir o cargo de diretor da economia bizonal, também defendia que o sistema de controle de preços deveria cair para que a economia pudesse progredir. No entanto, ele pensava que tal solução deveria ser feita com o longo prazo em mente, dado que a economia alemã passava por um período de escassez de recursos. Para ele, o controle de preços só poderia ser abolido após os problemas relacionados a falta de recursos serem resolvidos. O foco principal de Semler estava na recuperação da indústria pesada alemã e na reconstrução da malha ferroviária, que era o principal meio de distribuição da Alemanha. Por razões políticas que não convém ao escopo desse estudo, Johannes Semler foi removido de seu cargo em 24 de janeiro de 1948, permitindo que Ludwig Erhard assumisse o cargo.

Como já foi dito, Erhard pretendia abolir o controle de preços junto com a reforma monetária. Para ele, se os preços pudessem ser formados de modo livre, a competição entre as empresas preveniria a nova moeda de sofrer um novo processo inflacionário devido a queda nos preços. Além disso, também era previsto um aumento na produtividade. No entanto, para que isso fosse possível, a administração econômica alemã teria que mover seu foco da indústria pesada para a indústria de bens de consumo para poder atender a demanda dos consumidores. *“Todos os membros do Sonderstelle concordaram que o objetivo fundamental da política econômica que seguiria a reforma monetária seria estabilizar os preços e prevenir a inflação.”*⁴. Walter Eucken, defendendo o pensamento neoliberal dos seus colegas, afirma que o problema dos preços não estava relacionado a produção, mas sim a distribuição de recursos. De acordo com Eucken, a função de distribuição da moeda seria restaurada somente com a liberação do controle de preços.

Nem todos os economistas alemães, no entanto, compartilhavam essa visão otimista de Erhard. Günther Keiser era o maior opositor de Erhard durante seu mandato como diretor da economia bizonal. Keiser advertiu que as condições necessárias para o livre mercado de Erhard ainda não haviam sido atendidas pela economia alemã. Liberar os preços durante aquela situação de escassez de recursos só causaria uma forte inflação relacionada ao excesso de demanda. Os alemães precisariam aumentar muito suas importações para que as condições necessárias fossem alcançadas até junho de 1948. Para Keiser, o controle de preços deveria ser mantido mesmo após a reforma monetária para evitar uma nova onda de inflação.

4 Ibid., p. 159, tradução feita pelo autor

3.2 Abolição do Controle de Preços

Ignorando os avisos da oposição sobre a escassez de produtos e a volta da inflação, Erhard segue em frente com seu projeto e no mesmo dia que a reforma monetária entrar em vigor (20 de junho de 1948) Ludwig Erhard consegue abolir o controle de preços que assolou a Alemanha por doze anos. A tabela 2 apresenta a produtividade de 1948 em comparação com 1949, tomando o nível de produção de 1936 como base.

Tabela 3: Níveis de Produção na Bizona (1936 = 100)

Setor da Indústria	Janeiro de 1948	Janeiro de 1949
Dias úteis	26	25
Produção Total	47	80
Produção menos energia	41	76
Produção Total de Bens	61	86
Carvão	73	90
Petróleo	127	160
Processados de Petróleo	50	73
Químicos	46	79
Eletricidade	142	169
Gás	58	81
Bens de investimento básico	34	66
Minério de Ferro	80	115
Bens de Metal	32	64
Ferro e Aço	25	52
Metais não ferrosos	24	71
Vidro Plano	71	127

Bens de Madeira	59	104
Bens Finais	35	74
Máquinas	39	72
Automóveis	20	69
Bens Elétricos	68	171
Bens de Consumo	35	74
Cerâmicas	46	97
Produtos de Papel	38	72
Produtos de Borracha	60	101
Pneus	42	105
Produtos de Couro	33	61
Calçados	41	79
Têxtil sem fibras sintéticas	32	65
Têxtil sintético	84	211

Fonte: Adaptado de “*VfW, Die Wirtschaftliche Lage im Januar 1949*, BA, Z 013/1047”, citada em VAN HOOK, JAMES C. *Rebuilding Germany: The Creation of the Social Market Economy, 1945-1957*; 2007; p. 169

A tabela nos mostra que após as mudanças de junho de 1948 houve um aumento generalizado da produção na economia alemã, assim como Erhard havia previsto. A abolição do controle de preços proporcionou um ambiente onde as empresas pudessem atuar livremente, garantindo seus lucros enquanto a reforma monetária garantiu a estabilidade da moeda. Os economistas alemães, no entanto, ainda estavam longe de comemorar uma vitória.

Logo após as mudanças, os avisos da oposição provaram-se concretos. Apesar do boom inicial, a falta de matérias-primas acabou gerando um processo inflacionário. Além da alta inflação, ocorreu um alto crescimento na taxa de desemprego. Esse desemprego pode estar associado ao fato da inclusão das empresas em um mercado competitivo, forçando-as a demitir o excesso de contingente. Para a administração econômica alemã (*Verwaltung für Wirtschaft ou VfW*) o problema

do desemprego era estrutural. Com a entrada dos fundos proporcionados pelo Plano Marshall, os gargalos na economia seriam eventualmente neutralizados, criando novos empregos.

Os defensores da Escola de Friburgo tentavam argumentar que a causa da inflação não estava puramente relacionada ao excesso de demanda. A eliminação de subsídios dado as indústrias de bens de consumo faria com que os preços, naturalmente, se elevassem. Além disso, a Alemanha havia passado por um período de doze anos de preços controlados. Uma vez que esse sistema de controle foi quebrado, os produtos alemães precisavam agora ser ajustados de acordo com os preços do mercado mundial. Ambos os problemas, no entanto, também poderiam estar associados a dois fatores que estavam fora do controle de Erhard mas que eram de suma importância para o sucesso do livre mercado.

O primeiro deles era o controle dos salários dos trabalhadores. Assim como os produtos, os nazistas também haviam congelado os salários dos trabalhadores em 1936, removendo o poder de barganha dos sindicatos alemães. Apesar dos esforços de Erhard, descongelar os salários estava fora de seu poder. Ficou a cargo dos sindicatos a organização de movimentos favoráveis à abolição do controle de salários. Foi somente em novembro de 1948 que os sindicatos dos trabalhadores conseguiram reaver seu poder de influenciar os salários.

Já o segundo problema estava relacionado ao controle de preços no setor de alimentos que, da mesma forma que os salários, também estava fora da esfera de poder de Erhard. O setor de alimentos estava sob controle do diretor da agricultura, Hans Schlange-Schöningen. Apesar de Schlange ser favorável as ideias de Erhard, ele defendia que os alimentos deveriam ter os preços controlados por motivos sociais. Ao tentar manter um setor inteiro com os preços controlados, principalmente um setor tão vital quanto o de alimentos, em meio a uma economia que acabou de entrar em uma lógica de livre mercado, Schlange estava apenas atrasando o processo de liberalização de mercado que estava ocorrendo na Alemanha Ocidental.

Enquanto a inflação se mostrava impiedosa nos outros setores livres, na agricultura os preços se mantinham estáticos. Isso causou uma discrepância entre o custo de produção do setor agrícola e o preço de venda. O preço estipulado pelo governo não gerava receita suficiente para os agricultores pagarem pelos insumos básicos requeridos para sua produção, levando os agricultores a deixarem o negócio ou se voltarem ao mercado negro de bens. Obviamente isso causou uma escassez de alimentos no mercado. Só foi no início de 1949 que os preços dos produtos começaram a cair e a inflação foi abatida, assim como Erhard havia previsto. Isso significa que, após um choque inicial, a economia havia se ajustado aos preços internacionais, equilibrando os salários com os

preços.

Antes de prosseguir para a próxima seção vale mencionar que, apesar das medidas em prol do livre mercado, Erhard não era insensível diante do choque econômico advindo da mudança na economia. Durante os meses que seguiram a reforma, a *VfW* ordenou uma cartilha contendo os preços indicados dos bens com o intuito de informar a população. Obviamente os comerciantes não eram obrigados a seguir essa cartilha mas isso impedia um aumento extremo nos preços diante a situação. Outra medida tomada foi a chamada “*Jedermann*” que subsidiava as matérias-primas necessárias para a produção de calçados e vestimentas. Conforme os preços foram abaixando em janeiro de 1949, essas medidas foram revogadas.

Não obstante das críticas recebidas e do primeiro choque inflacionário, as medidas de Erhard foram de indubitável importância para a reestruturação da economia alemã que tanto havia sofrido nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Van Hook (2007, p.187, tradução feita pelo autor):

A oposição argumentou que a economia não seria capaz de suprir doze anos de demanda reprimida. No curto prazo, obviamente, a crítica estava correta. Mas no início de 1949 a produtividade da Alemanha Ocidental consegue acompanhar a oferta monetária.

Certamente Erhard conseguiu se aproveitar da situação e implementou suas mudanças na hora certa. Alguns anos antes e a falta de infraestrutura teria impedido o sucesso de seus planos. Ainda nos resta explorar, por fim, como a Alemanha Ocidental conseguiu financiar os investimentos necessários para garantir o crescimento de sua economia.

3.3 Resultado da Política de Erhard

Ao introduzir as novas políticas de livre mercado e a reforma monetária, Erhard não oferecia uma solução definitiva para a baixa oferta de matérias-primas e para a falta de investimento privado na economia. Para suprir a falta de matérias-primas, a Alemanha Ocidental viu-se obrigada a importar boa parte desses recursos, causando um déficit no balanço de pagamentos. Enquanto isso, a falta de investimentos privados de longo prazo impedia que as empresas pudessem expandir. Obviamente ambos os problemas estavam relacionados.

Como não havia a possibilidade de se tomar créditos de longo prazo, as firmas eram obrigadas a reinvestir seus lucros nas suas próprias empresas. As empresas que ainda tinham seus

preços controlados (como as mineradoras de carvão por exemplo) obtinham menos lucros e, conseqüentemente, menos dinheiro para se autofinanciar. Ao passo que as indústrias de bens de consumo, livres do controle de preços, cresciam de forma rápida, as indústrias pesadas ficavam para trás, criando gargalos na economia.

Os fundos vindos do Plano Marshall seriam usados como uma solução temporária para suprir essa falta de capital privado até o novo Bank deutscher Länder (Banco dos Estados Alemães, em tradução livre) se estabilizar. Apesar da necessidade de investimentos, principalmente na indústria pesada, um acréscimo súbito na base monetária da nova moeda poderia desencadear um processo inflacionário. Erhard e o diretor do BdL, Wilhelm Vocke, defendiam que esses investimentos fossem feitos de forma cautelosa para garantir a estabilidade do Marco Alemão.

A liberalização do comércio intraeuropeu, no final de 1949, resultou no deficit do balanço de pagamentos. A Alemanha, praticando uma política de comércio internacional mais liberal, removeu suas restrições de importação esperando que os outros países da Europa fizessem o mesmo. Essa liberalização por parte dos outros países não ocorreu, de forma que a Alemanha começou a importar mais do que suas exportações, causando um deficit no balanço de pagamentos e uma redução nas reservas internacionais. Já em 1950, para tentar diminuir as importações, o governo Alemão volta a introduzir restrições nas importações, limitando o volume de bens importados. Para Erhard, era inevitável que houvesse um deficit na balança de pagamentos no curto prazo devido a necessidade de importar alimentos e matérias primas necessárias. Levaria tempo até a Alemanha fosse capaz de aumentar sua exportação de bens manufaturados para cobrir os gastos com as importações.

Por outro lado, para aliviar a falta de investimentos, os Alemães enviaram um pedido para a OEEC (Organisation for European Economic Co-operation ou Organização para a Cooperação Econômica Europeia, em tradução livre) para liberar aproximadamente 370 milhões de Marcos Alemães⁵ com a finalidade de investir no atrofiado setor de carvão, que era um dos maiores gargalos na economia alemã até então. Esse crédito também seria usado para tentar reduzir o crescente desemprego que reinava sobre a Alemanha no período. Erhard defendia que esses fundos deveriam ser usados como crédito de longo prazo para reduzir os problemas estruturais da economia alemã, e não na forma de crédito de curto prazo como seus opositores queriam.

O deficit do balanço de pagamentos começa a declinar durante o ano de 1950, em grande medida devido as restrições recorrentes nas importações. A tabela a seguir mostra o balanço

5 Ibid., p. 209

de pagamentos durante o ano de 1950.

Tabela 4: Balanço de Pagamentos da Alemanha Ocidental em 1950

Média dos Meses	1° Trimestre	de 2° Trimestre	de 3° Trimestre	de 4° Trimestre	de
(em milhões de	1950	1950	1950	1950	
dólares)					
Importação	212	198	176	223	
Industrial	92	99	103	120	
Agrícolas	120	99	72	103	
Exportação	95	119	141	172	
Balanço	-117	-79	-35	-51	
Financiado por					
ERP e GARIOA ⁶	79	49	32	40	
Deficit Restante	-38	-30	-3	-11	

Fonte: “Die Probleme der deutschen Zahlungsbilanz gegenüber der europäischen Zahlungsunion” Novembro de 1950, BA, B 102/12783; citada em VAN HOOK, JAMES C. Rebuilding Germany: The Creation of the Social Market Economy, 1945-1957; 2007; p. 217

Podemos observar pela tabela que o balanço de pagamentos volta a deteriorar no fim de 1950. Isso ocorre devido ao início da Guerra da Coreia. Com a guerra, ocorre um aumento nos preços de muitas matérias primas necessárias para a indústria alemã. De acordo com Van Hook (2007, p. 216, tradução feita pelo autor):

Para que a Alemanha Ocidental pudesse superar sua crise no balanço de pagamentos, era necessário que ela exportasse. Para exportar, a indústria alemã precisava de matérias primas. Para que ela pudesse produzir as matérias primas requisitadas pela sua indústria, em especial o carvão, a indústria pesada necessitava de investimentos especiais, mesmo que o ministro da economia considerasse esses investimentos incompatíveis com sua teoria de mercado.

⁶ European Recovery Program e Government and Relief in Occupied Areas, respectivamente

Konrad Adenauer, então chanceler da Alemanha Ocidental, insatisfeito com as políticas econômicas de Erhard, revoga os tratados referentes à importação. A importação de bens não essenciais passou a estar suspensa a partir de fevereiro de 1951 como uma medida para diminuir o déficit comercial. O foco seria dado agora para a indústria pesada, que era onde ocorria o maior gargalo de produção da Alemanha Ocidental.

Logo nos primeiros meses de 1951, o governo alemão começa a tomar medidas para assegurar o crescimento das indústrias pesadas. O ministro das finanças, Fritz Schäffer, havia proposto que fosse criada uma nova taxa sobre as firmas de bens de consumo, sendo que os recursos captados por esses impostos fossem utilizados como investimentos para as indústrias de carvão, energia, aço e ferro. O órgão responsável pela administração desses recursos seria o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (ou *KfW*), um banco estatal de desenvolvimento criado em 1948 com o objetivo de adquirir recursos para a reconstrução da indústria alemã. Erhard se opôs à sugestão de Schäffer alegando que essa medida seria incapaz de levantar recursos suficientes para remover os gargalos na economia.

Em vista dessa possível intervenção estatal, os empresários industriais da Alemanha Ocidental organizaram-se no chamado Comitê Conjunto da Indústria Alemã (*Gemeinschaftsausschuss der deutschen Wirtschaft*) com o objetivo de levantar os fundos necessários para os investimentos da indústria pesada. Os principais motivos que levaram a criação desse comitê estão relacionados tanto a falta de recursos disponíveis quanto ao medo da intervenção estatal. Os próprios industriais perceberam que eles só poderiam continuar a crescer se o problema dos gargalos na indústria pesada, em especial do carvão, fosse solucionado. Além disso, eles receavam uma intervenção estatal que pudesse afetar negativamente seus negócios.

Dessa forma, o comitê se propôs a acumular a quantia de 1,2 bilhão de Marcos Alemães⁷ no período de um ano para resolver os problemas das indústrias de carvão, energia, aço e ferro. Esse dinheiro seria administrado pelo banco semiprivado *Industriekredit Bank* e não pelo *KfW*. Erhard sugeriu esse banco pois, para ele, o problema inicial da falta de investimento nesses setores se dava devido a falta de capital de investimento privado. A sugestão do comitê é aprovada em janeiro de 1952, resolvendo os problemas de investimentos da indústria pesada.

7 Ibid., p. 226

A tabela 5 demonstra o PIB da Alemanha, em milhões de dólares internacionais de 1990, no período de 1946 a 1955:

Tabela 5: PIB da Alemanha de 1946 à 1955

Ano	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
PIB	143.381	161.011	190.695	223.178	265.354	289.679	314.794	341.150	366.584	406.922

(milhões de
dólares
internacionais
1990)

Fonte: Adaptado de Historical Statistics of the World Economy: 1-2008 AD; Angus Maddison
www.ggd.net/maddison/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls

É interessante notar que os industriais alemães não fizeram essa ação “voluntária” para defender ideais dogmáticos do livre mercado. Pelo contrário, suas ações partiram de princípios não dogmáticos que, coincidentemente ou não, estavam alinhados com as ideias do mercado social alemão.

Conclusão

Foi explorado, durante o capítulo 1, o período conturbado de 1945 à 1948. Vimos como os países Aliados, em especial os Estados Unidos da América e a Inglaterra, tiveram fortes influências sobre a economia alemã. Passando por um período onde o objetivo era a completa destruição da capacidade produtiva industrial alemã através do Plano Morgenthau até o controle total da economia proposto pela diretriz JCS 1067. É evidente que controlar a economia dessa forma só poderia resultar em fracassos. Nas palavras de Hermann Göring:

*“Todas as coisas que a sua América está fazendo no campo econômico estão nos causando vários problemas. Vocês estão tentando controlar os preços e os salários das pessoas — ou seja, o trabalho das pessoas. Se você faz isso, você inevitavelmente tem de controlar a vida das pessoas. E nenhum país pode fazer isso pela metade. Eu tentei e não deu certo.”*¹

Observando a tabela 5, presente no capítulo 3, percebemos que o PIB da Alemanha fica praticamente estático no período de 1946 a 1948. Isso ocorre devido as políticas restritivas que foram aplicadas pelos administradores americanos e britânicos durante esse período. Essa mentalidade muda ao final de 1947 quando os Aliados percebem que não será possível reerguer a Europa sem também reconstruir a Alemanha.

Com o início do Plano Marshall, em 1947, ocorre uma mudança em relação a visão sobre a Alemanha Ocidental. Fica claro para os americanos que a chave para reconstruir a Europa nos moldes capitalistas é garantir a estabilidade econômica da Alemanha Ocidental. O Plano Marshall, além de disponibilizar uma enorme quantidade de recursos monetários para que os alemães pudessem se reestruturar, conseguiu garantir que a Alemanha fosse reinserida no mercado mundial de forma rápida.

Mesmo com a enorme quantidade de recursos que vieram com o Plano Marshall, a recuperação da Alemanha não seria possível sem as mudanças internas que ocorreram durante os anos de 1948 a 1952. Ludwig Erhard introduz o chamado “mercado social” na Alemanha, um livre mercado cuja finalidade é produzir resultados sociais mais favoráveis do que aqueles oferecidos pela economia planejada. Isso não quer dizer, no entanto, que o estado deve ficar completamente alheio à situação econômica do país. Vimos que, apesar da abolição do controle de preços dos bens de consumo em 1948, as matérias-primas ainda tinham seus preços controlados para evitar uma

1 Citado por DiLorezno, 2013

inflação generalizada. O objetivo do estado, nesse período, foi eliminar os gargalos da economia para que esses mercados imperfeitos pudessem ser introduzidos novamente numa economia com livre mercado.

Se por um lado as mudanças liberais de Ludwig Erhard moldaram a economia alemã durante a segunda metade do século XX, por outro, o financiamento vindo do Plano Marshall foi a base econômica para sustentar esse molde. É difícil imaginar como a Alemanha Ocidental teria resolvido seus problemas econômicos sem os princípios liberais de Erhard. No entanto, por mais que essas mudanças foram críticas para definir o futuro da Alemanha, elas provavelmente não teriam obtido sucesso sem a ajuda monetária do Plano Marshall.

Bibliografia

BALABKINS, N. “Germany Under Direct Controls: Economic aspects of industrial disarmament, 1945 – 1948”, 1964

DILOREZNO, T. “Quatro mil anos de controle de preços”, 2013, acessado pela última vez no dia 16/12/2014 pelo endereço:

<<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1761>>

HOGAN, J. MICHAEL. “The Marshall Plan: America, Britain and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952”, 1987

KNAPP, M.; STOLPER, W.; HUDSON, M. “Journal of Institutional and Theoretical Economics Bd. 137, H. 3., Economic Reconstruction in Europe: The Reintegration of Western Germany”, Setembro 1981

MADDISON A. “Historical Statistics of the World Economy: 1-2008 AD”, acessado pela última vez no dia 16/12/2014 pelo endereço:

<www.ggdc.net/maddison/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls>

SENNHOLZ, HANS F. “Como se deu o milagre econômico alemão do pós-guerra”, 2014, acessado pela última vez no dia 16/12/2014 pelo endereço:

<<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1419>>

SCHAIN, A. MARTIN, “The Marshall Plan Fifty Years After”, 2001

“United States Department of State / Foreign relations of the United States, 1948. Germany and Austria”, 1948, p. 284, acessado pela última vez no dia 16/12/2014 pelo endereço:

<<http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=goto&id=FRUS.FRUS1948v02&isize=M&submit=Go+to+page&page=284>>

VAN HOOK, JAMES C. Rebuilding Germany: The Creation of the Social Market Economy, 1945-1957, 2007